

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	9
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	12
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	13
10.5 - Políticas contábeis críticas	20
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	21
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	22
10.8 - Plano de Negócios	23
10.9 - Outros fatores com influência relevante	24

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Crises em outros países de economia emergente podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários dos emissores brasileiros, inclusive os valores mobiliários de emissão da empresa, prejudicando o preço de mercado das ações de emissão da Companhia.

A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para combatê-la, incluindo aumentos nas taxas de juros, poderão contribuir para a incerteza econômica no Brasil, e podem gerar um efeito adverso relevante sobre condição financeira da empresa, seus resultados operacionais e o preço de mercado de suas ações.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil em função de sua convergência às práticas contábeis internacionais (IFRS) não deverão afetar adversamente os resultados da empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 – Políticas de gerenciamento.**

A empresa possui uma política formal para gerenciamento de riscos, utilizando-se de instrumentos de controle. A política não permite operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. As estratégias utilizadas pela empresa vão desde análises cadastrais dos clientes da empresa a consultas a órgãos de monitoramento de crédito e risco. Periodicamente e sempre que necessário análise de crédito dos clientes é avaliado pelo comitê de crédito da empresa.

Outrossim, a diretoria, por meio da estrutura organizacional da empresa monitora e avalia a adequação das suas operações com as políticas adotadas. A diretoria conta com auditoria interna e externa, para anomalia e recomendações de melhoria contínua dos processos de controle adotados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 – Alterações significativas.

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou no monitoramento de riscos adotado pela empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não existem outras informações relevantes que sejam do nosso conhecimento.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10. Comentários dos diretores –****Item 10 do Formulário de Referência – IN CVM nº 480 de 17/12/2009**

Valores em milhares de reais (R\$ mil)

10.1. Os diretores devem comentar sobre:**a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A empresa em 31 de dezembro de 2014 tinha uma disponibilidade de caixa de R\$ 12.396 (em 2013 R\$ 2.907), um patrimônio líquido de R\$ 24.228 (em 2013 R\$ 16.959) e um ativo circulante de R\$ 32.702 (em 2013 R\$ 27.069). Em 31 de dezembro de 2012 tinha disponibilidade de caixa de R\$ 956, um patrimônio líquido de R\$ 8.231 um ativo circulante de R\$ 22.076 e empréstimos e financiamentos na importância de 7.643.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**i. hipóteses de resgate**

Não se aplica.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Pelo demonstrado no item “a” supra, entendemos que a empresa tem plena capacidade de atender todos os seus compromissos financeiros assumidos.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A empresa tem a geração de caixa como fonte de financiamento para capital de giro e quando necessário, complementa com linhas de crédito junto a instituições financeiras. Para investimentos não circulantes, opta por linhas de crédito de longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- e. **fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:** Não se aplica.

f. **níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

- i. **contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
	Encargos	Circulante	Circulante	Circulante
Capital de Giro	3.04% aa	-	-	7.557
Leasing	12,5 a 15,5 % aa		-	86
Finame	6% aa	79 Cp 774 Lp	-	-
Total		853	-	7.643

- ii. **outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não se aplica.

- iii. **grau de subordinação entre as dívidas**

Não se aplica

- iv. **eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Não se aplica

g. **limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não se aplica

h. **alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Receita de Vendas

A Excelsior, no exercício de 2014, obteve a receita líquida de 121.758, sendo que em 2013 a mesma foi de R\$ 117.288, e em 2012 a receita líquida foi de R\$ 95.813.

CPV

O custo do produto vendido no exercício de 2014 somou a importância de R\$ 84.267, no ano de 2013 foi de R\$ 79.507 enquanto que em 2012 foi de R\$ 67.755, e em 2011 foi de R\$ 47.180. O aumento nos custos deve-se principalmente aumento do volume de produção e ao aumento de insumos.

Lucro Bruto

O lucro bruto, em valor, neste exercício de 2014 foi de R\$ 37.491, enquanto em 2013 foi de R\$ 37.781 em 2012 foi de R\$28.058 e em 2011 foi de R\$ 22.566. As dificuldades relativas ao aumento dos insumos foram determinantes para fazer com que o lucro líquido ficasse inferior ao ano anterior.

Despesas de vendas

As despesas de vendas no exercício de 2014 foram de R\$ 22.672, sendo as de 2013 de R\$ 21.339, em 2012 foi de R\$ 18.754 e em 2011 foi de R\$ 15.201. Por se tratar de uma despesa variável, atrelada em percentual aos valores de venda, entretanto com ganho considerável em relação ao exercício anterior.

Despesas administrativas

Nas despesas administrativas, no exercício de 2014, se manteve no patamar do ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Receitas/Despesas financeiras**

As receitas financeiras somaram no exercício de 2014 a importância de R\$ 824, sendo de R\$ 280 em 2013 e de R\$ 544 em 2012, o aumento das receitas foi resultante das aplicações financeiras. No mesmo período as despesas financeiras foram de R\$ 608, enquanto as de 2013 foram de R\$ 1.326 e em 2012 de R\$ 2.350.

Lucro Líquido

O lucro no exercício de 2014 foi de R\$ 9.533, o de 2013 foi de R\$ 9.650, enquanto que no exercício de 2012 houve lucro de R\$ 4.109. O resultado em 2014 ficou pouco menor comparado ao ano anterior, influenciado principalmente com o aumento da receita de vendas e aumento de custos de produção.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 - Opinião dos Diretores sobre:**

- a. resultados das operações da Companhia: (comentário sobre as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de cambio, inflação alterações de volume novos produtos)**

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:**As receitas consistem principalmente de:**

Venda e comercialização de embutidos de carnes, sendo seus principais produtos: presuntos, fiambres, mortadelas, linguças, salsichas e patês, incluindo produtos processados congelados cozidos e pré-cozidos, operações no mercado doméstico brasileiro, principalmente na Região Sul, tendo o Rio Grande do Sul como seu principal mercado, atuando nas redes varejistas, distribuidores, revendedores e pequenos estabelecimentos comerciais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:**Principais fatores que podem afetar as operações e condição financeira da Companhia e cenário macroeconômico brasileiro.**

Nos últimos três exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Companhia foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macroeconômico brasileiro, a taxa de desemprego, a disponibilidade de crédito, nível dos juros básicos e o nível da média salarial. Variáveis como desenvolvimento macroeconômico brasileiro, taxa de desemprego e média salarial, podem afetar positivamente ou negativamente nossa receita, pois afetam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações positivas ou negativas em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar positivamente ou negativamente nossas despesas financeiras bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Em 2010, a economia brasileira apresentou um crescimento de 7,5%, sendo este o maior crescimento desde 1986, segundo o IBGE. Já a taxa de inflação medida pelo IPCA, ficou em 5,9%, fechando dentro da meta estabelecida pelo Banco Central, que compreendia a faixa entre 2,5% e 6,5%. Em 2010, o real valorizou 4,5% frente ao dólar americano, o que pode ser atribuído ao grande fluxo de entrada de capital estrangeiro na economia brasileira.

No ano de 2011, a economia brasileira apresentou crescimento de 2,7%, segundo o IBGE, resultado inferior ao ano anterior devido a um cenário externo mais turbulento e aos consequentes ajustes internos efetuados como resposta às mudanças observadas no mercado internacional. A taxa de inflação, medida pelo IPCA, ficou em 6,5%, atingindo o teto da meta estabelecida pelo governo brasileiro. O aumento da inflação foi resultado do crescimento no nível de consumo interno, apesar do aumento observado da meta da taxa SELIC, que fechou o ano com uma elevação de 0,25 ponto percentual

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

em relação ao ano de 2010, atingindo uma taxa de 11,0%. No acumulado do ano, o real depreciou 11,2% em relação ao dólar americano, devido principalmente à piora no cenário internacional.

No ano de 2012, a economia brasileira apresentou crescimento de 0,9%, segundo o IBGE, resultado inferior ao ano anterior. Este crescimento foi impulsionado, pelo lado da oferta, pelo avanço do setor de serviços e pelo lado da demanda, pelo consumo das famílias. A taxa de inflação, medida pelo IPCA, ficou em 5,8%, ficando acima do centro da meta estabelecida pelo governo brasileiro de 4,5%, porém abaixo do teto de 6,5%, este aumento deve-se principalmente ao crescimento no nível de consumo interno. Como forma de estímulo à economia, o governo brasileiro reduziu a meta da taxa SELIC, que fechou o ano com uma forte redução de 3,75 pontos percentuais em relação ao ano de 2011, atingindo uma taxa de 7,25%. No acumulado do ano, o real depreciou 8,2% em relação ao dólar americano, favorecendo as empresas brasileiras exportadoras, que têm seus custos em reais e seu faturamento atrelado ao dólar.

Efeitos dos principais fatores relacionados às nossas atividades que afetam os nossos resultados financeiros e operacionais:

O setor de proteínas é geralmente afetado pelas mudanças das condições macro-econômicas nacionais e internacionais, tais como: crescimento de renda; taxa de desemprego; confiança dos consumidores; taxas de juros de curto e longo prazo; políticas governamentais; e variação cambial. Tais mudanças macro-econômicas acabam por alterar os níveis de demanda e preço dos produtos deste setor. Nossas receitas e rentabilidade são afetadas pelas condições da economia brasileira em geral. A contínua valorização do real ao longo do ano de 2009 elevou as preocupações a respeito de uma volta às altas taxas de inflação.

O real continuou seu ritmo de valorização frente ao dólar americano durante 2010, apresentando uma valorização de 4,5%. Além disso, o consumo ficou aquecido durante todo o ano, fazendo com que o índice de inflação medido pelo IPCA, divulgado pelo IBGE fechasse o ano em 5,9%, acima do centro da meta de inflação de 4,5%. Para conter o aumento da inflação, as autoridades monetárias elevaram a meta da taxa SELIC durante todo o ano de 2010.

Mesmo com a elevação da meta da taxa SELIC durante todo o ano de 2010 de 10,75% em 31 de dezembro de 2010, o PIB brasileiro cresceu 7,5%, sendo este o maior crescimento da economia desde 1986.

O ano de 2011, no entanto, foi afetado por turbulências no cenário internacional, contribuindo para uma desvalorização de 11,2% do real em relação ao dólar americano e para um crescimento de 2,7% do PIB, segundo o IBGE. Apesar do aumento observado na meta da taxa SELIC, que terminou o ano em 11,0%, ou 0,25 ponto percentual acima do ano anterior, o nível de consumo permaneceu aquecido no país e a taxa de inflação medida pelo IPCA fechou o ano de 2011 em 6,5%, atingindo o teto da meta estabelecida pelo governo.

Em 2012, a moeda brasileira continuou sofrendo desvalorização frente ao dólar americano, acumulando 8,2% de desvalorização durante o período. Esta desvalorização favorece as empresas brasileiras exportadoras, que têm seus custos em reais e seu faturamento atrelado ao dólar. A meta da taxa SELIC sofreu fortes quedas

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

durante o ano, atingindo 7,25% ao final de dezembro, em uma tentativa do governo de estimular a economia do país e mitigar os efeitos da crise financeira e econômica global. Apesar dos esforços do governo, no entanto, o PIB encerrou o período com crescimento acumulado de apenas 0,9%. A inflação, medida pelo IPCA, fechou o ano em 5,8%, dentro do intervalo da meta.

Efeitos de oscilações nos preços de aquisição de matéria-prima (carnes) em nos nossos custos operacionais de venda

A Companhia continua adquirindo todas as matérias primas e insumos no mercado, não possuindo matéria prima própria. Os preços na aquisição de matéria prima e de insumos são os praticados pelo mercado, com o que estamos sujeitos as oscilações dos mesmos. Sempre procuramos fazer todos os contingenciamentos possíveis para minimizar os efeitos adversos que a elevação dos preços da matéria prima pode ocasionar, entretanto, os efeitos desejados nem sempre são imediatos.

Efeito do nível de endividamento e da taxa de juros

No final do exercício findo 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou todo o pagamento do empréstimo que tinha do ano anterior.

Em 31 de dezembro de 2012, o valor total do endividamento era de R\$7.643 mil. Este nível de endividamento resultou em despesas financeiras de R\$2.350 mil.

Em 31 de dezembro de 2011, o valor total do endividamento era de R\$11.758 mil. Este nível de endividamento resultou em despesas financeiras de R\$ 2.351 mil.

Em períodos de crises econômicas, as taxas de desemprego aumentam, levando a uma diminuição do poder aquisitivo do consumidor, o que acaba por gerar uma redução na demanda de nossos produtos. Concomitantemente com a redução da demanda ocorre uma redução dos preços dos produtos deste setor o que acaba por reduzir nosso resultado operacional. Nestes períodos o financiamento torna-se mais dispendiosos, o que também afeta nosso resultado operacional. Embora o PIB do Brasil tenha crescido pouco nos últimos anos, nosso negócio cresceu substancialmente mais, devido à nossa expansão, aos nossos ganhos de produtividade e às melhorias nos processos produtivos.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 Opinião dos Diretores acerca dos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou e espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:**

No dia 07 de junho de 2013, as Administrações da JBS S.A.(JBS) e Marfrig Alimentos S.A.(Marfrig), celebraram um Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças “contrato”, este contrato estava condicionado a aprovação pelas autoridades competentes, inclusive do CADE, envolve a transferência para a JBS, da totalidade da participação acionária detida pela Marfrig, direta e indiretamente, equivalente a 64,57% (sessenta e quatro vírgula cinquenta e sete por cento), do capital social da Excelsior Alimentos S.A. Como condição resolutiva para a transferência, a JBS se obriga a realizar uma oferta pública de aquisição (OPA) da ações com direito a voto de propriedade dos demais acionistas da Excelsior, conforme exige a Lei das Sociedades por Ações.

Em 30 de setembro de 2013, a JBS S.A. e a Marfrig Alimentos S.A. implementaram o fechamento da operação avençada por meio do Contrato de Compra e Venda de Participações Societárias e Outras Avenças.

Em 30 de outubro de 2013, a JBS S.A. “JBS”, atual acionista controladora da Companhia, protocolou perante a Comissão de Valores Mobiliários-CVM (“CVM”) e a BM&FBOVESPA S.A. Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, o pedido de registro da Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de emissão da Companhia, por alienação de controle com a adoção de procedimento diferenciado, visando aquisição, da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado, nos termos do artigo 254-A da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e do artigo 34 da Instrução da CVM nº 361 de 05 de março de 2002, e alterações posteriores (“OPA”). O fato relevante referente ao pedido de registro da OPA, foi divulgado ao mercado em 30 de outubro de 2013. Atualmente, o pedido de registro da OPA permanece sob análise da CVM.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Opinião dos Diretores sobre:****a. mudanças significativas nas práticas contábeis:**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, não houveram mudanças significativas entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis da Companhia.

As informações contábeis da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos e interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), estando em convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e valor justo quando aplicado.

i. Normas e principais práticas contábeis adotadas.**Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os saldos em conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado, registradas ao valor de custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber de clientes

Corresponde aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades, demonstrados a valores de realização. A provisão com perdas de créditos de clientes foi calculada com base em análise de risco dos créditos, que considera o histórico de perdas, sendo suficiente para cobrir perdas estimadas na realização dos valores a receber.

Estoque

Os estoques são avaliados e estão demonstrados ao custo médio de produção ou aquisição. As provisões de estoques para: (i) realização, (ii) baixa rotatividade, e (iii) estoques obsoletos são constituídas quando aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

A estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado são como segue:

Edifícios	29 anos
Máquinas e equipamentos	17 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos no encerramento de cada exercício financeiro, sendo eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Avaliação a valor recuperável de ativos****Ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Em 31 de dezembro de 2014, não foi identificado nenhum indicativo de perda no valor recuperável de ativos financeiros.

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir a falta de pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a mensuração do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

rendimentos auferidos, as variações monetárias e cambiais incorridas.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, variações monetárias e cambiais incorridos, até a data do balanço, bem como do ajuste a valor presente.

Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2).

Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias.

I) Reconhecimento de receitas

A receita de venda de mercadoria é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador e é provável que benefícios econômicos serão gerados a favor da Companhia. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem principalmente receitas de juros de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Impostos**Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 180 mil para períodos de nove meses (R\$ 240 mil ao ano) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram ainda a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações contábeis intermediárias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

O imposto diferido é reconhecido sobre a base negativa e prejuízos fiscais, e com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores para fins de tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas média básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	17,00% e 12,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%

Na demonstração de resultados as receitas são apresentadas líquidas destes impostos.

Instrumentos financeiros**Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação a qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são avaliados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais revogadas, canceladas ou expiradas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado por meio do método da taxa de juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, conforme consta nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**10.5 – Políticas Contábeis Críticas**

Todas as políticas, provisões, contingências e reconhecimentos necessários e relevantes encontram-se contemplados nas Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas do exercício findo.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 – Controles Contábeis Relativos à Elaboração das Demonstrações Financeiras****a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os diretores da Companhia entendem que os procedimentos internos de controle, são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade para elaboração das demonstrações financeiras, destacam ainda que é utilizado processo contínuo de revisão e melhorias dos controles internos. Esclarecemos que não houve ressalvas no parecer preparado pelos auditores externos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os diretores da Companhia, não receberam e não houve recomendações da auditoria, que merecem destaque ou que são relevantes em suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição.****a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.**

A empresa não fez oferta pública no exercício.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Como a empresa não fez oferta pública, não houve proposta de aplicação, ou entrada de recursos.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Como a empresa não fez oferta pública, não houve proposta de aplicação, entrada ou desvio de recursos.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 – Ítems relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.****a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:****i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

A empresa não possui ativos e passivos direta ou indiretamente que não constem em seu balanço patrimonial.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A empresa não possui ativos e passivos direta ou indiretamente que não constem em seu balanço patrimonial.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A empresa não possui ativos e passivos direta ou indiretamente que não constem em seu balanço patrimonial.

iv. contratos de construção não terminada

A empresa não possui ativos e passivos direta ou indiretamente que não constem em seu balanço patrimonial.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A empresa não possui ativos e passivos direta ou indiretamente que não constem em seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Tudo o que é do nosso conhecimento está propriamente divulgado nas Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Todos os itens estão evidenciados nas demonstrações financeiras.

- b. natureza e o propósito da operação.**

Todos os itens estão evidenciados nas demonstrações financeiras.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Todos os itens estão evidenciados nas demonstrações financeiras.